XXII ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO MINAS
SER-TÃO CRÍTICO NA PSICOLOGIA SOCIAL: produzindo vozes em tempos de necropolítica
04, 05, 06 e 07 de Setembro de 2021 Evento on-line
ABRAPSO REGIONAL MINAS GERAIS
ISBN Nº: 978-65-89908-84-5

PRÁTICAS DE ATENDIMENTO PSICOJURÍDICO ONLINE EM UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

XXII ENCONTRO REGIONAL DA ABRAPSO MINAS GERAIS: Produzindo vozes em tempos de necropolítica, 0ª edição, de 04/09/2021 a 07/09/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-84-5

UFMG); Laura Ferro Bento (Aluna do curso de graduação em Psicologia da [1], UFMG); Ana Maria Veloso Rodrigues de Almeida (Aluna do curso de graduação em Psicologia da [2], 01/2020); Maria Eduarda de Almeida Plautino (Aluna do curso de graduação em Psicologia da UFMG e Bolsista de Extensão pelo Edital Proex n° [3], UFMG); Júlia Alves (Aluna do curso de graduação em Psicologia da [4], UFMG); Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Docente do curso de graduação em Psicologia da [5]

RESUMO

O trabalho aqui descrito tem como temática o atendimento online realizado por alunos da graduação de Psicologia em parceria com discentes do Direito em um projeto de extensão universitária desenvolvido na assistência judiciária. O atendimento psicojurídico ofertado é orientado pela perspectiva da Psicologia Social Jurídica e é geralmente realizado na própria faculdade. Contudo, devido à pandemia de Covid-19, o projeto teve seu formato alterado para o modelo online onde os atendimentos são feitos em videoconferências. Este trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças necessárias e discutir os desdobramentos deste novo formato de atendimento, bem como os desafios e as possibilidades trazidas por ele. Sendo assim, o trabalho a ser apresentado em roda de conversa insere-se dentro do eixo temático 2 e justifica-se pela necessidade de se discutir as experiências colecionadas por este projeto de extensão - pertencente ao eixo dos Direitos Humanos - durante o repentino isolamento social, já que todas as adaptações foram pensadas e colocadas em prática rapidamente e sem vivências prévias. Como metodologia, realizamos análise quantitativa referente à comparação de número de casos atendidos em semestres em que o projeto foi realizado presencialmente e virtualmente, a partir da contagem dos relatórios elaborados e disponibilizados pelos discentes após cada atendimento. Além disso, buscou-se realizar análise qualitativa acerca das possibilidades e desafios observados nessa transição do modelo presencial para o online, baseando-se nas discussões realizadas nas supervisões e nos relatórios supracitados. A partir dos resultados obtidos, nota-se que ocorreu uma queda significativa do número de casos atendidos, representando cerca de 10% do volume atendido no presencial. Entretanto, devido à diminuição da demanda, abriu-se espaço para que ocorram também atendimentos de pessoas que já estavam sendo acompanhadas pelos estudantes de Direito, o que difere do modo em que o projeto originalmente era realizado (atendendo apenas casos novos e no regime de plantões, em que cada pessoa era atendida em apenas uma ocasião). Ademais, outra diferença importante foi que, a partir do atendimento virtual, surgiu a possibilidade dos estudantes conhecerem o caso com antecedência e saberem quais as demandas que o sujeito trará. Assim, é possível também que ocorram orientações com a

[1] UFMG, laurabentoferro@gmail.com
[2] UFMG, anamariavelosora@gmail.com
[3] UFMG, eduardaplautino@gmail.com
[4] UFMG, julialves.878@gmail.com
[5] UFMG, laurasoarespsi@yahoo.com.br

supervisora antes do encontro com o atendido. Por fim, é válido ressaltar que a troca do presencial para o online trouxe consequências também para os encaminhamentos possíveis de serem feitos. Sabe-se que muitos serviços da rede de acesso às políticas públicas tiveram o funcionamento reduzido durante a pandemia. Em contrapartida, alguns serviços de psicoterapia em clínicas-escola passaram a ser realizados de modo online, o que aumentou as possibilidades para as pessoas que moram distante do local de oferta dos atendimentos. Portanto, as análises realizadas devem considerar a exclusão digital e a dificuldade de acesso ao serviço pelos atendidos, o que pode explicar a baixa procura por atendimentos. Além disso, é fundamental que os pontos positivos e negativos da mudança da modalidade de atendimento sejam pontuados, para que, quando o retorno presencial se torne possível, as experiências obtidas sejam úteis para a melhora da qualidade do serviço ofertado.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária, psicologia social jurídica, atendimento psicojurídico

[1] UFMG, laurabentoferro@gmail.com
[2] UFMG, anamariavelosora@gmail.com
[3] UFMG, eduardaplautino@gmail.com
[4] UFMG, julialves.878@gmail.com
[5] UFMG, laurasoarespsi@yahoo.com.br